

Genealogia discursiva do bolsonarismo

Discursive Genealogy of Bolsonaroism

Idelber Avelar
Universidad de Tulane
idelberavelar@gmail.com

Enviado: 19 octubre 2021 | **Aceptado:** 20 noviembre 2021

Resumen

Este artículo ofrece un mapa de las condiciones discursivas que generaron un movimiento de extrema derecha capaz de ganar las elecciones presidenciales en Brasil. El artículo argumenta que lejos de ser una aberración, un producto del azar o del devenir-fascista de decenas de millones de brasileños, el bolsonarismo está profundamente arraigado en la historia reciente del país, incluyendo el periodo lulista. En el interior del argumento, se presenta también la composición de los bloques que lo componen: el partido del buey, el partido teócrata, el partido del orden, el partido del mercado y el partido de los *trolls*.

Palabras clave: Bolsonarismo, Brasil contemporáneo, extrema derecha.

Abstract

This article offers a map of the discursive conditions that generated a far-right movement capable of winning the Brazilian presidential elections. The article argues that far from being an aberration, a product of chance or the becoming-fascist of tens of millions of Brazilians, Bolsonaroism is profoundly embedded in the country's recent history, including Lula's period. The article also presents the composition of the political blocks that make up Bolsonaroism: the party of cattle, the theocratic party, the party of order, the party of the market, and the party of trolls.

Keywords: Bolsonaroism, Contemporary Brazil, far-right.

De todas as transições vividas pelos brasileiros nos últimos anos, a que leva da Lava Jato à eleição de Jair Bolsonaro como Presidente é das que mais provoca estupefação. A Lava Jato ainda estava prendendo políticos e, de repente, já era bolsonarismo. O acontecimento foi inesperado para toda a ciência política, jornalismo e analistas profissionais e amadores. A sensação que nos acometeu a todos se deve também à temporalidade inusitada em que ocorreu a ascensão do bolsonarismo. Até o dia 6 de setembro de 2018, quando Adélio Bispo executou um ataque a faca a Jair Bolsonaro em Juiz de Fora, ainda era dominante entre analistas a percepção de que o segundo turno ocorreria sem a presença da extrema-direita, apesar da já visível robustez de Bolsonaro nas pesquisas. Mas também é fato que bem antes dessa abrupta clivagem que tem lugar com a fachada de Adélio, já em março de 2016, caciques tucanos como Geraldo Alckmin e Aécio Neves foram expulsos a vaia de manifestações pró-*impeachment*, e o único político abraçado foi um até então inexpressivo deputado extremista, misógino, militarista e homofóbico do Rio de Janeiro.

Trinta meses separam os dois eventos. O bolsonarismo acontece nessa estranha temporalidade: ele vai se gestando, cozinhando ao longo de anos, em uma espécie de subterrâneo da sociedade brasileira, mas para todos nós há um ponto nessa emergência que lhe confere um caráter de irrupção irreversível. No primeiro livro escrito sobre a eleição de Bolsonaro, Mauricio Moura e Juliano Corbellini tiveram que se confrontar com a pergunta inevitável: Bolsonaro teria sido eleito sem a fachada de Adélio que lhe deu a aura de vítima e a desculpa para ausentar-se dos debates? A certeza contrafactual é impossível, mas à luz da leitura das curvas das pesquisas, do sentimento antipetista e da conjunção de fatores que se reuniram ali, os autores sugerem que “bem antes desse episódio, as condições que apontavam para a vitória de Bolsonaro já estavam se constituindo” (Moura e Corbellini 29). Em todo caso, o bolsonarismo se desenvolve em uma temporalidade singular. Em algum momento, todos nós, internos a ele ou antagônicos a ele (e poucas famílias estendidas brasileiras se furtaram a essa cisão) nos demos conta: *é real, está acontecendo*. A esse choque tem se seguido uma pergunta que toma a forma retrospectiva: *em que momento começou a acontecer?*

Seja qual for o peso que se dê às violações da lei eleitoral no WhatsApp, deveria ser pacífico na bibliografia mais séria que o triunfo bolsonarista não se reduz a uma violação de regras eleitorais ou a um golpe jurídico. *O bolsonarismo não é a história de um erro, não é o relato de uma alucinação nem a experiência de uma miragem coletiva*. Ele não é a expressão do emburrecimento de 57 milhões de pessoas e não é compreensível com as categorias derivadas da falsa consciência. Não me parecem produtivos os resultados das tentativas de se entender o bolsonarismo com as categorias de ódio, fraude, engano, delírio ou miragem coletiva, enfim com as categorias do erro ou da falsa consciência. Nem muito menos com as categorias da psicopatologia. Em toda a bibliografia, esses eixos me pareceram os menos úteis, inclusive porque boa parte dessa retórica vinha derivada de leituras petistas ou parapetistas já problemáticas da crise econômico-política de 2014-16.

Desbastando esse feixe de falsos problemas, entramos no terreno mais pantanoso, que é entender como o bolsonarismo se constituiu. Na bibliografia mais bem equipada, mesmo naquela que não usa esses termos, fica claro que o bolsonarismo é uma *coalizão*, um *bloco*, um *mosaico* que se constituiu a partir de elementos heterogêneos e que veio a expressar algo que se gestava como demanda para uma parcela da população brasileira. Esse caráter de mosaico realiza uma “fractalização do mecanismo populista: ou seja, sua proliferação por múltiplas escalas no caso, a escala mais capilar dos próprios usuários—praticamente sem alteração estrutural” (Cesarino 534-535).

A coalizão, estudada assim, microscópica e etnograficamente, nos apresenta figuras que os pesquisadores de humanas e sociais sequer nos lembrávamos que existiam (monarquistas), habitantes de um universo forâneo aos nossos objetos de pesquisa habitual (os incels misóginos do submundo da internet), enormes populações urbanas brasileiras pouco conhecidas da reflexão de esquerda (os periféricos de direita, religiosos ou não) e figuras quase folclóricas em sua natureza caricatural (terraplanistas ou olavistas). Mas o que acontece quando os aliados “naturais” da disciplina começam a se comportar como o “outro repugnante”? (Cesarino 548). Do ponto de vista do radar das ciências sociais, o bolsonarismo produz uma inevitável sensação, expressa na pergunta estupefata: *de onde saíram todos esses malucos?*

Mas para qualquer um que tenha tido extensa experiência em grupos bolsonaristas de WhatsApp, “malucos” é categoria contraintuitiva e de pouca rentabilidade. Apesar do papel dos disparos em massa, sabe-se que incontáveis desses grupos de WhatsApp foram constituídos por pessoas bastante comuns, em redes que são de família, de igreja e de bairro, formadas a partir de laços de confiança entre os membros. A própria pesquisa levada a cabo pela CPI das *fake news* revelou que a efetividade dos disparos em massa foi menor e menos decisiva do que muitos supunham. Analisando os resultados da investigação, o pesquisador Pablo Ortellado, da USP, concluiu que “se quisermos saber não sobre ilegalidades que podem levar à cassação de alguma chapa, mas sobre estratégias de comunicação que levaram ao êxito das campanhas, temos que olhar para os grupos espontâneos e para os grupos artificiais segmentados que os marqueteiros construíram, o que foi ainda muito pouco investigado” (Ortellado). Em outras palavras: sem prejuízo a qualquer luta jurídica que se possa impetrar contra o governo Bolsonaro por violação das leis eleitorais com disparos em massa por WhatsApp, há que se dizer que se de compreender o bolsonarismo se trata, é melhor dirigir o olhar aos milhões de brasileiros *para quem o WhatsApp é a internet*, brasileiros cujos planos de dados, em seus telefones populares, não alcançam o Facebook, o Twitter ou o Instagram, mas rodam o WhatsApp com sua dose diária de memes, vídeos e interação linguística com a família, a vizinhança e colegas da igreja ou da escola. É melhor dirigir o olhar para a rede de relações reais construídas como condição de possibilidade do bolsonarismo—e depois como consequência dele.

Se o catálogo de tipos nos oferece uma lista quase folclórica de personagens subterrâneos ou caricaturais, e se o olhar mais próximo do objeto nos oferece uma

colecção de avós, tios, primas e irmãos eminentemente “normais”, para quem o bolsonarismo passou a expressar anseios reais e defensáveis, como é possível abrir uma clivagem que permita uma análise do discurso que não reitere os lugares comuns com que uma certa intelligentsia de esquerda pouco afeita à enxergar-se a si própria tentou entender o bolsonarismo como “expressão do ódio”? O que dizer a alguém que entende os grupos bolsonaristas de WhatsApp como “expressão do ódio” mas não parece saber que a única socialização disponível em celulares de milhões de brasileiros é o WhatsApp? Quem odeia quem?

Em outras palavras, como escapar das teorias da falsa consciência, dominantes entre uma esquerda ainda assustada com o terremoto bolsonarista, sem cair no puro ventriloquismo do objeto, na normalização do extremismo de direita, o perigo correspondente quando aceitamos a premissa de que o bolsonarismo é a expressão de um movimento real na sociedade? A análise do discurso aqui nos pode ser útil, porque ela sempre nos lembrará de premissas metodológicas fecundas: agarre o discurso ali onde ele se articulou de forma mais decisiva para a produção de seu sentido. Observe o que aquele discurso pressupõe como esquecimento, ou seja, qual é a amnésia que o constitui, o que ele está impedido de dizer. Encontre os pontos nodais em cuja travessia os sujeitos se constituem por remissão àquele discurso. Note os efeitos ideológicos através dos quais aqueles sujeitos vivem sua relação com o dito como se aquele dito fosse uma criação sua ou a expressão de alguma interioridade original. Reconstitua o tecido das referências daquele discurso ao seu terreno histórico e ideológico e vá mapeando suas condições de possibilidade. Refaça o percurso revendo suas conclusões com ceticismo e atento a como suas próprias premissas condicionam o seu enquadramento dos discursos que você está estudando. Prossiga com tudo isso em mente. Depois de realizado todo esse percurso com o bolsonarismo, parece-me inegável: o bolsonarismo surge como expressão (distorcida e ideologizada, mas expressão) da *incapacidade de o sistema político brasileiro representar satisfatoriamente o antagonismo*. Incontáveis antagonismos pediram representação no sistema político brasileiro ao longo das últimas décadas, sem sucesso. A coalizão montada por esses antagonismos que o sistema político fracassou ao representar chama-se bolsonarismo.

A saída para evitar o puro catálogo de tipos, portanto, é observar os grandes blocos político-discursivos que tornaram a coalizão possível. Como o bolsonarismo expressa uma crise sem precedentes dos partidos políticos, é de pouca monta recontar toda a história pela qual Bolsonaro passa pelo PP, pelo PSC, até fazer um acordo (supostamente ganha-ganha) com Luciano Bivar pelo PSL e cindi-lo para formar a Aliança pelo Brasil. A dança das siglas é de importância secundária e o bolsonarismo representou, sobretudo, o triunfo dos blocos temáticos que se erigiram no parlamento: para começar, os blocos do boi, da bala e da Bíblia. Em reconhecimento do estrago imposto por esses blocos temáticos ao sistema pemedebista, continuaremos a nos referir a eles como *partidos*, em parte para significar a obsolescência que eles expuseram nos partidos tradicionais.

O Partido do Boi e o Partido Teocrata

Na coalizão bolsonarista houve, em primeiro lugar, o *Partido do Boi*. Foram os mais fundacionais cronologicamente. Ainda pelos idos de 2012-13, muito antes de que sequer se suspeitasse que algum dia existiria bolsonarismo, Jair já era um deputado de trânsito no bloco do agronegócio, em que pese sua proverbial ineficácia parlamentar. Paulista-carioca de masculinidade caipira fake, homofóbica, anti-indígena e anti-ambiental, Bolsonaro sempre cultivou uma estética Barretos, de rodeio, que o tornou de fácil adoção por sojicultores do Mato Grosso e de Tocantins, pecuaristas do Mato Grosso do Sul, cafeicultores de Minas Gerais, vinicultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em 2017, quando a candidatura de Bolsonaro ainda era uma especulação e uma aposta, o Partido do Boi e da Soja já havia feito sua escolha e estava solidamente em campo bolsonarista. Foram os primeiros a apostar, inclusive porque o armamento é uma questão decisiva e mobilizadora para o setor. Já em março de 2018, quase oito meses antes das eleições e bem antes de que a candidatura Bolsonaro adquirisse ares de inevitabilidade, uma matéria do portal Compre Rural, dedicado a temas relacionados ao agropecuarismo, anunciava em manchete “95% do agronegócio está com Bolsonaro”. Em outubro, às vésperas das eleições, Bolsonaro havia arrebanhado o apoio de pelo menos duzentos dos duzentos e sessenta e um membros da Frente Parlamentar da Agropecuária. Especialmente pelo Brasil Central (MS, MT, TO, GO, Triângulo de MG, Oeste de SP), o tsunami antipetista foi avassalador.

O fato é contraintuitivo para os que conhecem as excelentes relações dos governos lulistas com o agronegócio, que cresceu exponencialmente durante as administrações do PT. Mas a concessão de benefícios ao agronegócio nos governos lulistas seguia a regra retórica que o ensaísta gaúcho Moysés Pinto Neto identificou como *estratégia zumbi*: os setores dominantes da sociedade recebem todas as benesses, mas no interior de uma formação discursiva em que uma base inflada os ataca como inimigos. Esse ataque retórico permanece sendo retórico, mas não é somente “discurso vazio”: é um dispositivo que mantém a base mobilizada e disposta a defender a coalizão. O resultado é que os setores dominantes, apesar de receberem todas as concessões, não se reconhecem no governo, enquanto que a base, radicalizada retoricamente mas sem nenhuma grande conquista bolchevique que exibir, se limita a justificar e defender um programa que não é o seu. Como os setores dominantes percebiam que antagonizar, chantagear e ameaçar o governo é a melhor forma de receber concessões, o agronegócio sob o lulismo recebeu tudo o que aspirava, mas nunca se satisfaz. Pelo outro lado, a base lobotomizada de esquerda, em vez de tensionar as outras forças políticas que compunham a coalizão com ela, de forma a empurrá-la para conquistas mais progressistas, se dedicava a bombardear os críticos ambientalistas ou de centro-esquerda do governo (digamos, Marina Silva ou Cristóvam Buarque) como verdadeiros vende-pátrias, figuras a serem demolidas por uma retórica bolchevique, enquanto se justificava um arranjo no qual Blairo Maggi ditava a política agrícola e ambiental do governo. Obviamente

o agronegócio só permaneceria em tal coalizão enquanto lhe conviesse. Quando se configurou a crise do diálogo lulista sob Dilma, nas eleições de 2014, o agronegócio já estava, em sua esmagadora maioria, alinhado com o antipetismo e pronto para fornecer a Bolsonaro sua base central para o pleito seguinte.

Ligeiramente posterior em termos cronológicos ao Partido do Boi e da Soja na coalizão bolsonarista, mas não menos fundamental na sua constituição, foi o *Partido Teocrata*. Sempre optei por essa designação para a bancada que se formou no Congresso, por oposição à fórmula metonímica comumente usada, “bancada evangélica”. Isso se deve ao fato de que não são todos os evangélicos que compõem o bloco teocrata e que também há católicos em seu interior, apesar de eles serem menos representados que as correntes pentecostais e neopentecostais do protestantismo. A escolha por “bancada teocrata”, por exclusão de “bancada fundamentalista”, também é deliberada, na medida em que considero que esses setores são muito mais movidos por um projeto de intervenção e captura do aparato estatal do que propriamente por algum tipo de regresso a uma leitura literal do texto bíblico. Já na sociologia de Paul Freston, fica claro que dos quatro grandes traços que se costumam mencionar como característicos do evangelismo na América Latina, pelo menos dois deles, o ativismo e o conversionalismo, têm direta repercussão nas lutas políticas que se levam a cabo na esfera pública. Um terceiro traço, o blicicismo, designa a importância central da Bíblia como referência na esfera pública, mais que um suposto conceito fundamentalista de inerrância (Freston, *Evangelical*).

Ou seja, falar de evangelismo no Brasil sempre significou, desde sempre, falar de política. Já as primeiras pesquisas sobre o comportamento eleitoral dos evangélicos notavam a escolha por Collor sobre Lula, em 1989, em parte pelo medo anticomunista e em parte pela associação, ainda fresca, do petismo com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (Bohn). Nas pesquisas mais recentes de Paul Freston, o que salta aos olhos como eixo unificador da experiência evangélica no Brasil não é necessariamente o fato de que esse bloco represente, por si só, uma ameaça ao estado laico. Trata-se de notar a constituição e emergência de um *corporativismo eleitoral evangélico* bem sucedido (Freston, “Evangelicals”). As tendências comumente notadas do eleitorado evangélico, de ter fraca identificação partidária e seguir a orientação de suas igrejas, se mantiveram ao longo desses anos, enquanto a população evangélica brasileira saltava de 6,6 % em 1990 a 15,4 % em 2000 a 22,2 % em 2010 (segundo os censos oficiais do IBGE) a 31 % em 2020 (segundo pesquisa Datafolha).

Se algumas tendências estruturais se mantiveram, as relações do evangelismo com o petismo oscilaram. Os anos 1990 viam a maioria da comunidade evangélica optar por Fernando Henrique Cardoso, mas já a partir de 1998 se ensaiou uma primeira aproximação da Igreja Universal com o petismo. O evangelismo seguiria com forte tendência *pemedebista*, ou seja, a de estar sempre no poder, reposicionando-se dentro do jogo de chantagens e vetos cada vez que mudava o governo. Na eleição de 2002, o bloco petista vitorioso contava com significativa participação de evangélicos,

congregados no Partido Liberal que ocupou a vice-presidência através de José Alencar, e depois no PRB, já fundado como partido da base de apoio do governo. O universo evangélico entrou dividido ao pleito de 2002, com um setor levado pela candidatura de um líder evangélico propriamente dito (Anthony Garotinho, então no PSB), a Assembleia de Deus e a Igreja Quadrangular apoiando José Serra (PSDB) e o bloco da Igreja Universal, então liderado pelo Bispo Rodrigues, acompanhando o petismo vitorioso. Nas eleições de 2006, o número de evangélicos eleitos ao Congresso experimentou um temporário declínio, pelo desgaste advindo do envolvimento de alguns de seus líderes com o escândalo do mensalão. Mas já em 2010 as eleições foram intensamente politizadas em torno ao aborto, com José Serra insuflando o pânico da legalização da cirurgia caso Dilma Rousseff fosse eleita e a coalizão petista-pemedebista, por sua vez, embarcando no mesmo jogo ao desenterrar um aborto clandestino supostamente feito por Monica Serra, esposa do candidato. Em 2010, a chapa de Dilma Rousseff escolheria como seu porta-voz no meio evangélico um deputado então já conhecido, havia duas décadas, nos círculos da corrupção do Rio de Janeiro, do caso Telerj a Furnas aos anões do orçamento ao mensalão: Eduardo Cunha, convocado pelo petismo em outubro de 2010 para avaliar as credenciais antiabortistas de Rousseff no meio evangélico. Não custa recordar, então, que tanto em sua primeira ascensão ao executivo nacional, em 2002, como em seu primeiro intento bem sucedido de pautar uma eleição, em 2010, o bloco teocrata cresceu e se consolidou à sombra do lulismo, alimentado por ele, participando do jogo retórico do lulismo.

A eleição de Marco Feliciano à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em março de 2013, é frequentemente mencionada mas não analisada em detalhe. A eleição de Feliciano revelava uma estratégia de ocupação de território inimigo que contrastava com a omissão e não ocupação de espaços que caracterizara a atuação de outras figuras anti-Direitos Humanos como... Jair Bolsonaro! Em março de 2013, Bolsonaro ainda era um apêndice da operação de Feliciano e Malafaia; ele não era senão o apoiador que se instalou à porta para bater boca com manifestantes. Mas o bloco teocrata que viria a ser orgânico do bolsonarismo já estava constituído, em uma operação na qual, novamente, o petismo cumpriu uma função decisiva. Apesar dos protestos contundentes do então petista maranhense Domingos Dutra (que depois seria obrigado a deixar o PT por não compactuar com o sarneyzismo imposto ao petismo do Maranhão), a eleição de Feliciano à CDH só aconteceu porque o PT, tradicional líder da comissão e então maior partido da casa –com o direito, portanto, de escolher as comissões que presidiria– escolheu abandonar a CDH para ficar com as comissões de Relações Exteriores, Seguridade Social e Família, e Constituição e Justiça. A avaliação petista era que a CDH, comissão de caráter fiscalizador e denunciatório, pouco importaria no jogo da *Realpolitik* daquele momento. O problema é que a estratégia Malafaia-Feliciano era justamente transformar o “território inimigo”, ou seja, a comissão de direitos humanos, em um palco de bate-bumbo para a consolidação do bloco teocrata. Em outras palavras, o petismo está na gênese do bloco teocrata, mas

não porque “não foi ousado o suficiente” ou porque “fez muitas concessões”, como costuma supor um raciocínio psolista ou parapetista que nunca rompe com a lógica do petismo. Trata-se justamente do contrário. A estratégia do oxímoro –forçar por um lado ao máximo enquanto força-se o outro lado também ao máximo– tornou impossível uma percepção clara de qual era o funcionamento da *Realpolitik*, exatamente porque o apelo a ela havia se tornado um automatismo. Quando o petismo e seus intelectuais acordaram, a *Realpolitik* dos bispos já estava lá na frente.

Não se entende a formação do bloco teocrata observando apenas o jogo parlamentar ou o bate-bumbo de figuras como Feliciano ou Malafaia. Em estados como o Rio de Janeiro, onde a população evangélica é bem mais alta que a média nacional, o pentecostalismo ofereceu uma vasta rede de sociabilidade a populações pobres, precarizadas ou ameaçadas pela violência. A azeitada máquina pentecostal se alimentou de uma convergência de fatores bem própria do Brasil. A coalizão governante petista fortaleceu o bloco teocrata e alimentou-o desde a época em que a aliança do petismo com os “blogueiros progressistas” incluía a Rede Record de TV, que depois viria a ser ponta-de-lança do bolsonarismo. Essa era a boa época em que os lulistas acreditavam que a emissora do bispo seria uma “alternativa” à “manipulação” da Rede Globo. A consolidação do império de imprensa do evangelismo acontecia em um terreno já desbastado pela Igreja Católica: desde os anos 1970, uma *Blitzkrieg* do Vaticano contra a teologia da libertação havia dizimado a força política das Comunidades Eclesiais de Base, a última grande iniciativa cristã de caráter progressista no Brasil. Completando o quadro, a proverbial falta de respostas da esquerda em segurança pública no país dos 60.000 homicídios anuais –ou a reiteração das respostas que se conhecem– fortaleceu não apenas o setor miliciano do bolsonarismo, mas também o Partido Teocrata, composto por bispos, pastores, diáconos, obreiros e líderes religiosos comunitários que desenvolveram todo um discurso sobre a segurança e o crime. Como disse o argentino Ariel Goldstein, “enquanto os intelectuais se preocupavam com o banheiro unissex, ele [Bolsonaro] está falando dos 60.000 assassinatos que acontecem a cada ano no Brasil” (Goldstein 21). Aqui se entende por que o Partido Teocrata se entronca com outro partido de que falaremos adiante, o Partido da Ordem –no caso do entroncamento desses dois partidos no bolsonarismo, a retórica moral vem de mãos dadas com a retórica punitivista, como aliás já era o caso com o lulismo. Inclusive, há uma análise a ser feita das miragens punitivistas com que o lulismo ofereceu “vitórias” aos movimentos de minorias, como a criminalização do racismo ou a tipificação do feminicídio como crime hediondo. O vínculo, então, entre o Partido Teocrata e o Partido da Ordem tampouco é uma invenção original do bolsonarismo, embora ele o tenha levado a níveis ainda não visitados. Quando Bolsonaro viajou a Israel para ser batizado pelo Pastor Everaldo no Rio Jordão, em 2016, esse vínculo já estava consolidado.

Some-se a tudo isso o avanço da teologia da prosperidade e do empreendedorismo popular evangélico durante a bonança do boom das *commodities* do lulismo, e tem-se

um universo de sociabilidade de milhões de brasileiros do qual a esquerda dificilmente teve notícia durante anos, apesar de que foi o governo de esquerda que tornou esse universo possível e regou-o com generosa fatia de recursos públicos, na esperança de que a solidez e confiabilidade do suborno garantissem a longevidade da coalizão. Essa falta de percepção do que se gestava é contraintuitiva, já que, como vimos, o Partido Teocrata não surgiu por oposição ao petismo governante na primeira década e meia do século, mas cresceu à sua sombra, foi alimentado por ele e foi com ele copartícipe no pacto social lulista. Esse pacto repousava sobre alguns ganhos para os pobres no terreno do consumo, muita expansão de crédito e nenhuma transformação significativa de qualquer estrutura cidadã da sociedade brasileira. O discurso do lulismo acerca das conquistas dos brasileiros que acederam à universidade pela primeira vez em suas famílias graças ao Prouni era invariavelmente meritocrático, focado na conquista do indivíduo e na sua relação com a possibilidade aberta pelo programa estatal, jamais com alguma experiência cidadã que transcendesse o individual rumo ao comunitário não estatal. Entre o indivíduo e o Estado, não havia nenhuma construção de comunidade, iniciativa cidadã, dimensão coletiva. Nesse universo, o dos cotistas e dos beneficiários do Prouni, o evangelismo forneceria a experiência de comunidade logo canalizada para a guerra moral que se consolidou ao redor de temas como o aborto, as pesquisas com célula tronco e a educação sexual a adolescentes. A aliança entre lulismo e pentecostalismo teve imagens emblemáticas, algumas inclusive bastante tardias, como a visita de Dilma Rousseff à inauguração do Templo de Salomão, de Edir Macedo, em julho de 2014, onde declarou “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”. Naquele momento, já estavam dados todos os elementos para o giro bolsonarista da Universal. Quando todos eles se alinharam ao *impeachment*, em 2015-16, tudo o que o petismo pôde gritar foi “traição!”

O Partido da Ordem e o Partido do Mercado

Tão decisivo para a coalizão bolsonarista como o Partido do Boi e o Partido Teocrata foi o *Partido da Ordem*. Juízes, procuradores, delegados, policiais, ex policiais, milicianos e militares de baixa patente foram elementos centrais na conformação da coalizão bolsonarista, que fez da “repressão ao crime” uma de suas consignas mais repetidas, até mesmo com chamadas a “matar bandido”. Seria útil aqui dividir o Partido da Ordem em seus componentes fundamentais, que não se confundem entre si. Em primeiro lugar, o bolsonarismo se nutre do *Partido da Polimilícia*, um bloco político advindo da inseparabilidade entre polícia e milícia, especialmente no Rio de Janeiro. É formado por milicianos, policiais, ex policiais, delegados. Em segundo lugar, está o *Partido da Lava Jato*, que é o setor do Partido da Ordem que sabe usar os talheres e citar os protagonistas da operação Mani Pulite. É formado por procuradores, policiais federais e inclusive alguns juízes. As conexões do Partido da Polimilícia com

o bolsonarismo são orgânicas e antigas. Aliás, de certa forma, poderíamos dizer que o bolsonarismo não é senão um uma cria do Partido da Polimilícia, um ramo desse partido que depois vai se lançando se forma mais tentacular como bloco amplo de extrema-direita. Já o Partido da Lava Jato manteve com o bolsonarismo relações mais circunstanciais, mas também ele viu na coalizão de Bolsonaro a tradução de um projeto em que lhe interessava investir. Os dois blocos do Partido da Ordem mantinham relações distintas com o petismo no momento de constituição da coalizão bolsonarista. O Partido da Polimilícia nunca foi antipetista. Inclusive, no seu solo natal por natureza, o Rio de Janeiro, o Partido da Polimilícia prosperou largamente sob a frente petista-pemedebista que governou o estado. O Partido da Lava Jato já surgiu compondo o bloco antipetista, fortalecendo-se com essa identidade e contribuindo para construí-la, no processo do *impeachment*.

Já no clássico *Rota 66*, de Caco Barcellos, publicado em 1992, o melhor jornalismo brasileiro investigava, com frequência a alto custo, a atuação dos esquadrões da morte formados por policiais. Mal pagos e desprestigiados, detestados por boa parte da população e temidos por outra, treinados para combater um inimigo e não para realizar trabalho de policiamento urbano, os policiais militares formam um dos contingentes populacionais para quem é matéria de sobrevivência acreditar na firmeza da separação entre “bandido” e “cidadão de bem”. Da crença no estatuto ontológico dessa separação nasce o bolsonarismo. Em todo caso, do livro de Caco Barcellos, de 1992, até “A Metástase”, reportagem de Allan de Abreu para a *Piauí* em 2019 sobre o assassinato de Marielle Franco e as raízes do bolsonarismo no Partido da Polimilícia (o termo é meu, não do autor, mas não creio que seja uma paráfrase infiel), o Brasil quase *decuplicou* a sua população carcerária, com a conhecida sobre-representação de afro-brasileiros, particularmente do jovem homem negro. Enquanto isso, continuamos a ter uma das taxas de homicídios mais altas entre os países importantes do mundo e uma das polícias que mais mata e mais morre. Estatística publicada em 2020 dava conta de que, em 2019, bem mais PMs haviam sucumbido ao suicídio do que sido abatidos em serviço. Essa polícia militar treinada para enfrentar inimigo tem também uma história de insensibilidade racial, para dizer o mínimo, por mais que, e eis aí um daqueles paradoxos brasileiros: as PMs recrutam amplamente entre a população negra, inclusive porque o empobrecimento deixa poucas alternativas para o jovem de periferia. Está constituído o círculo vicioso conhecido da bibliografia: empobrecimento e marginalização + proibição do comércio de drogas + racismo estrutural da sociedade brasileira corporificado na própria PM + punitivismo exacerbado e instrumentalização da guerra às drogas como tecnologia de controle e disciplinamento social, ampliando a população carcerária e reativando todo o círculo.

Paulo Arantes propôs a fecunda hipótese de que a Minnustah, a missão das Nações Unidas no Haiti comandada pelo Brasil, e as UPPs do Rio de Janeiro compartilhavam a mesma lógica de ocupação territorial do espaço. Trata-se de um mapeamento e ocupação da cidade a partir de uma lógica da *contrainsurgência*, como nota Arantes nesse ensaio

de título tão belo (“Depois de Junho a paz será total”). A ironia apontada pelo autor é que a contrainsurgência que se aplicaria aos revoltosos de Junho já estava lá *antes de que existissem quaisquer insurgentes*. Nesse sentido, o Rio de Janeiro é o grande laboratório do Partido da Polimilícia e não por acaso o berço do bolsonarismo. Também não por acaso, o Rio foi o berço da aliança mais sólida, orgânica e duradoura entre o petismo e a ala gangsterista do pemedebismo. Na citada reportagem da *Piauí*, Allan de Abreu nota um fenômeno que reverberava de forma curiosa o uso do termo *paz* no título de Arantes. O jornalista relata que o professor Marcelo Burgos, da PUC-RJ, reuniu duas dezenas de alunos em um curso de sociologia em Rio das Ostras, na Zona Oeste do Rio, em 2001, elogiando-a como “um oásis em meio à barbárie”, dada a ausência do narcotráfico. Abreu aponta que “quando fizeram o trabalho, nem Burgos nem seus alunos perceberam que aquela sensação de segurança derivava do poder exercido no local por uma nova forma de organização criminosa que surgia no Rio – os grupos paramilitares”. O termo “milícia” não era ainda usado – ele viria a ser inaugurado em uma reportagem de Vera Araújo para O Globo em 2005 –, mas a paz total ainda inexplicável para professor e alunos da Zona Sul era milicianiana. Ali a milícia já era claramente identificável como um agrupamento de policiais e ex policiais.

Não se trata de um poder que “preenche o vácuo de Estado”, como gosta de dizer certo senso comum (como se houvesse vácuo de Estado nas periferias brasileiras), nem exatamente de um poder dissociado do Estado. É uma operação que se dissemina de maneira *paraestatal* no sentido estrito, ou seja, desdobrando-se no interior e ao lado do aparato do Estado, atravessando-o e constituindo-o. Isso acontece não apenas porque as milícias são compostas de agentes e ex agentes armados do Estado, mas também porque já em seus albores elas elegem parlamentares e penetram de forma decisiva na magistratura. Nesse tentáculo há um vínculo, por certo, entre as duas metades do Partido da Ordem: a lógica da polimilícia penetraria em setores da magistratura, enquanto que no Ministério Público e na Polícia Federal a retórica do “combate ao crime” permitiria a constituição da lógica do Partido da Lava Jato.

Dessas duas metades do Partido da Ordem, a Polimilícia e a Lava Jato, a primeira foi uma espécie de núcleo fundante do bolsonarismo, antes de que eles próprios soubessem que um dia existiria bolsonarismo. O segundo foi uma complexa formação discursiva que se alimentou da autonomia concedida pelo governo Lula à Polícia Federal e ao Ministério Público, medida reconhecida até pelos adversários do petismo. O melhor equipamento, a firme autonomia e a sequência de concursos permitiram a formação de uma camada com interesses próprios, que se projetou com o discurso do combate ao crime de colarinho branco. No momento em que a classe política reagia em pânico a Junho e aprovava a lei das organizações criminosas, que regulamentou a delação premiada, abria-se um vácuo deixado pela catastrófica resposta rousseffiana a Junho (a convocação a uma “Constituinte parcial” para “fazer a reforma política” e “combater a corrupção”, proposta que obviamente desmoronou em dois dias, deixando um vácuo político). *Nesse vácuo constituiu-se a ala lavajatista*

do Partido da Ordem. Em todo caso, nessa estrutura retórica, que entende o crime como uma positividade inalterada que se possa “combater”, formou-se o SuperBond que colaria as duas metades do Partido da Ordem. Não custa lembrar que tanto no lado polimiliciano como no lado lavajatista do Partido da Ordem, o combate ao crime que fundamentou esses sujeitos foi se tornando indissociável do crime que ele reivindicava combater –isso se nota tanto no envolvimento de milícias com o tráfico de drogas (e, claro, com o assassinato de aluguel) como no envolvimento de autoridades lavajatistas com corrupção em sentido estrito.

O Partido do Boi foi o primeiro grande bloco a apostar no bolsonarismo, o Partido Teocrata deu-lhe penetração massiva e popular, a ala polimiliciano do Partido da Ordem forneceu-lhe uma espécie de núcleo leninista fundacional e a ala lavajatista do mesmo partido lhe trouxe as credenciais antipetistas que passaram a ser necessárias no Brasil pós-estelionato eleitoral de 2014-15. Mas nenhum desses partidos estava equipado para tornar o bolsonarismo *viável* como alternativa de poder, mesmo com a adição algébrica dos votos trazidos pelos Partidos Teocrata e Agropecuário. Factual, crível, possível, elegível –tome-se todo o campo semântico de “viável” e não haverá como questionar que o bolsonarismo só chegou ao estágio da potencialidade eleitoral quando o quarto pé da mesa se juntou à coalizão, o *Partido do Mercado*. O partido da mão invisível da entidade impessoal curiosamente foi o único que se expressou *apenas em um único indivíduo*, Paulo Guedes. Mais que os filhos de Bolsonaro, mais que Sergio Moro, mais que o Pastor Everaldo ou qualquer outro membro do Partido Teocrata, Paulo Guedes foi o avalista que possibilitou a viabilidade do bolsonarismo como alternativa eleitoral. Estritamente falando, foi a única figura, além de Bolsonaro, que teve em suas mãos a escolha de que o bolsonarismo não se constituísse. Homem de motivações tortuosas, de nítidos desejos de acerto de contas com a esquerda e com os economistas liberais responsáveis pelo Plano Real, Guedes é, nas palavras de Malu Gaspar, autora de um perfil indispensável do Ministro na *Piauí*, “o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro”. A viabilização do bolsonarismo e constituição do Partido do Mercado tem data, portanto: em fevereiro de 2018, Paulo Guedes aderiu à candidatura do deputado que havia exaltado a ditadura militar (é sabido que isso não era problema para Guedes) mas também votado contra o Plano Real, contra as privatizações, contra as reformas da Previdência, contra o teto salarial para servidores públicos e a favor de gastos estatais com corporações como militares, policiais e funcionários públicos de outros matizes. Como disse um anônimo operador de mercado a Malu Gaspar: “Muito empresário queria votar nele, mas tinha receio ou vergonha. O Paulo Guedes deu a desculpa que o pessoal precisava” (Gaspar 41).

Qual foi esse processo pelo qual um economista de sucesso na iniciativa privada, mas virgem em formulação de políticas públicas (pelo menos no Brasil), passou por todos os guichês do mercado para avalizar o deputado medíocre e extremista que sempre havia votado a favor do patrimonialismo antiliberal? O cálculo foi simples e é conhecido: os operadores de mercado recebiam pesquisas que mostravam que a

eleição seria determinada por um enorme sentimento antipetista e que a candidatura de Geraldo Alckmin, do PSDB, o preferido *default* do mercado, não decolava e não captava a intensidade antipetista. As pesquisas também mostravam que Lula ou seu candidato tinham vaga garantida no segundo turno, ou seja, a simples operação de eliminação e dedução lançava Bolsonaro no colo dos operadores do mercado. Foi uma catastrófica, mas previsível operação político-aritmética. Na convenção do PSL, em julho de 2018, a presença de Paulo Guedes no palco completava o quarteto do bloco bolsonarista: falaram dois filhos de Jair (pelo Partido da Polimilícia), o General Augusto Heleno e a advogada Janaína Paschoal (pelo Partido da Ordem) e o Senador Magno Malta (pelo Partido Teocrata). Bolsonaro só se tranquilizou, no entanto, quando Guedes ofereceu o aval de que se tratava de um candidato “sincero”, que não fazia “negociata”, e que já trazia a “ordem” à qual o economista ultraliberal, ele próprio, iria juntar o “progresso”. Nada emblematiza melhor o mosaico bolsonarista que a sucessão de oradores da convenção do PSL em julho de 2018. Nela, Guedes não era um nome entre outros. Ele era o nome que tornava possível que todos os outros falassem, o SuperBond que colava os quatro partidos que compõem o bolsonarismo. Em todo caso, Guedes foi o avalista da coalizão de Bolsonaro, mas não o fornecedor de sua retórica. A chapa Bolsonaro-Mourão não teria vencido se falasse como Guedes. Todo o discurso se gestava em outro lugar, longe dos cálculos econômicos de Guedes, em um espaço jovem, digital e subterrâneo para a maioria dos analistas, embora já multitudinário.

O Partido dos Trolls

Nenhuma descrição do bolsonarismo do ponto de vista da análise do discurso poderia estar completa só com os quatro pés dessa mesa, a não ser que reduzíssemos a análise do discurso apenas ao tratamento do léxico. O movimento bolsonarista mobiliza um léxico que advém dos quatro partidos citados—“bandido”, “crime”, “cidadão de bem”, “corrupção”, “família”, “Deus”, “pátria”—, mas seus giros e estratégias retóricas recebem o influxo de outro universo, o *Partido dos Trolls*. Aqui a análise do discurso pode ser útil para as ciências sociais, que têm um histórico de pouca sensibilidade para questões relacionadas à linguagem. O bolsonarismo é incompreensível sem atenção a uma modulação particular, própria da internet, que nós poderíamos chamar de *língua da trollagem*. Essa língua não depende do conteúdo lexical em si e transita com qualquer conteúdo —apesar de que, no Brasil, nos últimos sete ou oito anos, foi mesmo o conteúdo de extrema-direita que a moldou. Ela se construiu a partir de uma constelação de operações retóricas: atuação reiterada nos mesmos veículos, registro extremamente agressivo contra o interlocutor ou o sujeito tematizado no discurso, desconsideração completa da diferença entre verdade factual, hipótese não fundamentada e pura invenção, modo hiperbólico do discurso, postulação permanente de

algo oculto e adoção de uma ambiguidade acerca da seriedade ou não do enunciado e da crença ou descrença do sujeito enunciator nele. Este último traço é modulador e decisivo. A incerteza sobre o estatuto dos enunciados cumpre a função de garantir a denegabilidade automática, caso o enunciado seja questionado ou desmentido, além de oferecer o humor necessário para manter a atenção do espectador/leitor no mundo volátil das redes sociais, de arco de atenção breve. A operação do *troll* ocorre nesse registro, no qual verdade e mentira, constativo e performativo, estão mesclados ou confundidos.

Cabe precisar com um pouco mais de exatidão, para os que não viveram os albores da web brasileira no século XIX, que no contexto da retroalimentação entre a cultura do cancelamento na esquerda e a emergência da extrema-direita bolsonarista, “redes sociais” não é sinônimo de “internet” –ou pelo menos não era, na década em que a energia utópica disseminada com a cessão de links e o trabalho em rede não haviam sido capturadas pelas redes sociais individualizadas, das quais o Facebook viria a ser o paradigma. A ascensão do lulismo ao poder em 2003 aconteceu logo depois da consolidação dos primeiros blogs brasileiros, não apenas sobre política mas também sobre viagens, esportes, culinária, variedades. A essa ascensão se seguiria um notável florescimento de criatividade na internet, com blogs congregando verdadeiras esferas públicas virtuais em suas caixas de comentários. Esse momento de otimismo e criatividade com o potencial das redes para democratizar as comunicações não se desenrolou livre de captura pela máquina de cooptação lulista –como seria o caso nos chamados blogs progressistas, formados por ex-jornalistas, *apparatchiks* do PT ou profissionais da Rede Record, então louvada pelas bases lulistas como alternativa à Globo. Durante a primeira campanha de Dilma, em 2010, os blogs ainda tiveram uma função, mas a ponta da informação e do agito político-eleitoral já acontecia no Twitter. Na explosão da juventude em Junho de 2013, os blogs já não cumpriram qualquer papel e a mobilização acontecia por Facebook, WhatsApp e Twitter, não na longa e estendida temporalidade dos textos com URL própria (por mais que, claro, páginas depois tenham sido criadas para documentar os levantes, como a excelente Grafias de Junho). Nessa passagem, da utopia disseminada em redes abertas para os cercadinhos murados do Facebook, um enorme naco da então jovem e libertária geração dos blogs se perderia. Já no período Dilma, observava-se um amplo espectro de usuários da internet que pertenciam à mesma geração e depois se encontrariam no antipetismo. Naquele momento, pelo menos em algumas comarcas, como o YouTube, a hegemonia já era claramente de direita.

Na medida em que a coalizão se formava, iam se congregando em torno ao bolsonarismo os atores da internet pelos quais ele depois ficaria conhecido: as contas de Twitter e Facebook alinhadas com os perfis dos filhos de Bolsonaro, os alunos de Olavo de Carvalho, marcados por uma combinação peculiar de fundamentalismo cristão, anticomunismo e concepção conspiratória de política, os YouTubers de direita (quase todos pertencentes também à categoria anterior, dos alunos de Olavo), as comunidades

de *incels* (jovens “celibatários involuntários”, muitos caracterizados por forte misoginia), os terraplanistas, os monarquistas, pequenas comunidades conspiracionistas online e as associações que ganharam impulso a partir da mobilização para depor Dilma Rousseff, o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados Online e o Vem Pra Rua, que participaram da formação de quadros que depois comporiam o bolsonarismo. Pode ser surpreendente para pesquisadores formados na bibliografia tradicional das ciências sociais perceber a intensidade do ressentimento que se gestava ali contra a “hegemonia cultural da esquerda”. Do ponto de vista da pesquisa efetivamente feita na universidade, falar de “hegemonia marxista” sobre ela chega a ser uma caricatura quase cômica. O autor deste artigo fez bacharelado e licenciatura em Letras no único curso brasileiro com tradicional nota 7 na Capes, o da UFMG, e de 1986 a 1990 não teve um único professor marxista. Hoje eles são ainda mais raros e os testemunhos não faltam, até mesmo entre, digamos, alunos de sociais da USP.

Isso não quer dizer que a percepção olavista-bolsonarista, ancorada no pânico anticomunista, seja simplesmente um delírio. Ela é uma instrumentalização conspiratória e distorcida de um fundamento real, ou ela sequer poderia ter operado com a eficácia que operou. Ela se alimenta de um caldo de ressentimento ancorado em exclusões ou autoexclusões do aparato educacional, na ausência de responsabilização penal ou cível aos torturadores da ditadura (o que oferece ao olavismo o vácuo em que proliferam um sem-número de postulados negacionistas) e na impossibilidade de uma representação de direita autodeclarada no interior do aparato político. Encharcado de desmemória, o sistema político brasileiro se arrastava na premissa implícita de que “direita” é sinônimo de ditadura militar e ódio a pobres. Tratava-se de um não reconhecimento da possibilidade de uma leitura legítima do mundo que fosse economicamente de direita, o que não está desvinculado da ausência do trabalho de memória da ditadura militar no Brasil. A própria esquerda reproduziu a desmemória ao realizar essa sinédoque: “como a ditadura militar é odiosa, retirou renda dos pobres, e era de direita, toda direita tende a ser ditatorial e odeia pobres”. Trata-se aqui de uma caricatura, claro, mas ela não é muito longínqua da premissa que organizava a pragmática do termo “direita” na grande maioria das variações dialetais do português falado no Brasil dos anos 1980 e 1990. “Direita” foi vocábulo inassumível em primeira pessoa durante muito tempo. Olavo de Carvalho tem esse mérito: já nessa época, ele gritava que era de direita. Como não apareciam outros candidatos a ocupar o rótulo, ele o moldou por conta própria, alimentando um vitimismo, adubado em um solo real, mas exacerbando-o em uma hipérbole alucinada e conspiratória, na qual até Bill Clinton era agente de Pequim.

O olavismo atravessou duas décadas de internet brasileira, de piada favorita em comunidades do Orkut, no começo do século, à condição de força política que indica Ministros de Estado, em 2019. O arco percorrido foi notável, e passou ao largo da conversa sobre cultura que se desenvolvia em círculos progressistas, tanto nos blogs e revistas online como depois, nas redes sociais. A premissa era uma espécie

de gramscianismo anabolizado e de sinal oposto: a esquerda teria conseguido uma hegemonia completa sobre jornais, televisão, escolas, universidades e a cultura em geral. Para que essa hegemonia fosse desalojada, impunha-se uma guerra cultural na qual até mesmo Bill Clinton, Ernesto Geisel e o FMI chegaram a ser associados ao comunismo. Esse conspiracionismo convivia com grupos de Orkut como “Olavo de Carvalho do B”, em que jovens conservadores debatiam autores religiosos perenialistas como Julius Evola, Frithjof Schuon, René Guénon e Ananda Coomaraswamy. Nos cursos de Olavo, gestava-se a prática da refutação bombástica de marcos consensuais da ciência ocidental, feita em linguagem escatológica, repleta de agressões ao interlocutor, e sempre preservando a denegabilidade e a possibilidade de recuos. Na permanente guerra de posições do olavismo, os hoaxes (como o de que a Pepsi adoçaria seus refrigerantes com fetos abortados) são apresentados em sucessão estonteante, provocando uma espécie de curto-circuito nos marcos da conversa ilustrada considerada racional. Quando os cursos de Olavo chamaram a atenção de Carlos Bolsonaro, já era nítido que se cozinhava ali uma grande escola do ressentimento, na qual encontrava seu guru uma estranha coalizão de tradicionalistas católicos, anticomunistas, fundamentalistas, místicos, criacionistas, negacionistas climáticos e conspiracionistas. Mais que de Lula, naquele momento o subterrâneo olavista da internet crescia ressentindo-se de Fernando Henrique Cardoso. O dandy poliglota e refinado, legítimo habitante do Principado de Higienópolis, representava tudo o que mais disparava ressentimento entre os que cresceram humilhados por não saber usar os talheres. Nunca me pareceu que “ódio” fosse uma categoria iluminadora para se entender o bolsonarismo (não porque não exista ódio nele, mas porque o ódio não me parece dele tão distintivo assim, pelo menos não quando você olha a história do ponto de vista dos que foram objeto de ódio petista). *Ressentimento*, no entanto, em seu sentido estrito, nietzscheano –como uma rebelião da impotência e da amargura–, foi componente constitutivo de várias de suas camadas, e o Partido dos Trolls, especialmente sua ala olavista, é um caso eloquente. Também aqui a estratégia foi a inversão e a exarcebação do que já era a política do ressentimento na esquerda.

Analisando comunidades da nova direita online nos Estados Unidos em um livro breve, mas incisivo, intitulado *Kill all normies*, Angela Nagle mapeou a passagem dos dias inocentes e bem-humorados da internet da campanha de Obama, em 2008, para a linguagem agressiva dos memes da campanha de 2016, que terminou com um legítimo *troll* de Twitter eleito para a Casa Branca. A internet havia viajado da utopia “sim, podemos”, marcada pelo estilizado retrato de Obama feito por Shepard Fairey para o submundo do 4chan, dos ataques em bando, dos memes misóginos. O que havia sucedido? Essa passagem aconteceu de forma tão rápida, tanto nos EUA como no Brasil, que abundaram a estupefação e as hipóteses equivocadas. Entorpecida na constante sinalização de virtude moral, a esquerda online foi abatida em pleno voo pelo caldo de revolta que se gestava *como reação a essa própria cultura da sinalização de virtude*. O abatimento teve lugar sem que a esquerda tivesse notícia do que acontecia.

A mera observação de uma retroalimentação entre a reação da neodireita *online* e a cultura progressista do cancelamento e dos linchamentos virtuais “do bem” (ou seja, em nome de causas progressistas) sempre foi desqualificada, tanto na bibliografia como na cultura das redes de esquerda. A resposta-automatismo é que observar essa retroalimentação significaria culpar os movimentos identitários pela vitória da extrema-direita. Como as categorias de culpa, causalidade e retroalimentação passam a se confundir e significar a mesma coisa, a própria interrogação é soterrada, afinal de contas: como você pode culpar a vítima?

Nos EUA, a investigação dessa retroalimentação entre cultura do cancelamento na esquerda e a emergência da neoextrema-direita aconteceu quando Angela Nagle se propôs a analisar, por exemplo, as várias formas em que o feminismo foi instrumentalizado pelo clintonismo em 2016, com ataques despropositados a um histórico defensor de causas feministas como Bernie Sanders. A barragem de ataques culminou na declaração da teórica Gloria Steinem, de que as apoiadoras de Sanders eram mulheres que só queriam impressionar seus parceiros. As formas em que declarações incrivelmente machistas como essa foram traficadas como se fossem feministas –apenas porque se alinhavam com um determinado setor do espectro político– também foram o pão com manteiga da instrumentalização lulista dos movimentos identitários no Brasil. A consigna “a vítima tem sempre razão” instalou-se na cultura identitária lulista apesar de, ou graças a, uma gritante tautologia: nesse contexto, decidir se uma pessoa tem razão ou não implica, em primeiro lugar, decidir se ela foi de verdade vítima ou não. A consigna “a vítima tem sempre razão” significa, portanto, “a vítima é sempre vítima” ou “sempre tem razão quem tem razão”. Garotos imberbes no 4chan perceberam a tautologia uma década antes dos *apparatchiks* identitários do lulismo. “Querem vítimas? Vocês verão vítimas como nunca antes! Vocês verão discurso auto-vitimista com intensidade jamais vista! E quem vai dizer que a vítima não tem razão?”

Por isso tratamentos bem intencionados e “equânimes” do fenômeno da cultura dos linchamentos virtuais, em livros como o de Francisco Bosco, fracassaram.¹ Enquanto Bosco sem dúvida analisa com boa fé seu material, e não é possível dizer que seus textos sejam desprovidos de coragem, ele não consegue sair da premissa de que a solução será um “meio do caminho” entre a justiça das pautas identitárias e a odiosidade das práticas de cancelamento, como se as duas coisas existissem na condição de extremos de uma linha reta. Criticar a imprensa por ver lulismo e bolsonarismo como dois extremos foi o pão com manteiga da esquerda brasileira em 2018-19, e em alguns casos até creio que a crítica se aplica. Mas faltou a memória de que, no Brasil do século XXI, quem inventou a linearização, como se fossem dois extremos, de fenômenos que pertencem a *dimensões* diferentes, ou seja, fenômenos que não ocupam lugares em uma linha reta, foi a esquerda, especialmente em suas alas lulis-

1 Francisco Bosco, *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo, Todavia, 2017.

tas e identitárias. Livros que se propuseram a fazer críticas bem intencionadas, com base no argumento de que “não se deveria ir muito longe” na radicalização, foram varridos nesse tsunami, porque nem se juntavam ao fenômeno nem o analisavam com destemor, ficando presos na condição de sintoma.

E aí os memes floresceram. Ao contrário de guerras culturais anteriores, não se tratava de uma juventude progressista opondo-se a velhos hábitos conservadores de uma geração anterior. Tanto na cultura do 4chan nos EUA como na cultura do YouTube e da internet bolsonarista em geral, a rebelião juvenil agora era da direita. O rol de palavras, práticas e expressões canceladas pela esquerda identitária ofereceu um vasto material para que a intervenção da neodireita se apresentasse em nome da bandeira da liberdade de expressão. Que seja hipócrita (ou, na melhor das hipóteses, ingênuo) que um bloco de sujeitos hipoteque *ao bolsonarismo* a sua revolta contra práticas de cerceamento do discurso e do pensamento não significa que a revolta não tivesse como fundamento um objeto real. É fato que o movimento que captou essa revolta ofereceu-lhe respostas imaginárias e, em grande parte dos casos, baseadas na exacerbação das próprias práticas de cerceamento e silenciamento contra as quais a juventude politicamente incorreta se insurgia. Mas também é fato que o período em que o olavismo saiu da condição de piada de um canto da internet para movimento capaz de influenciar rumos da política brasileira, com seu discurso raivosamente antiuniversitário, coincidiu com uma inflexão particular das humanas e sociais nas universidades, que tornou-as um alvo mais fácil do conspiracionismo da direita. Foi a época da proliferação da daninha confusão entre texto opinativo e curso acadêmico nos “cursos sobre o golpe”. Foi a época dos cancelamentos de aliados dos identitários universitários, como na desastrosa intervenção de alguns militantes do movimento negro em uma aula pública de José de Souza Martins –ironicamente, o maior especialista brasileiro em linchamentos (reais, físicos). Foi a época das catastróficas operações de aparelhamento de associações acadêmicas para que lançassem “notas contra o golpe”. Foi a época em que se escreviam livros intitulados “Michel Temer e o fascismo”. Todo esse caldo conferiu credibilidade ao conspiracionismo olavista, não na universidade, que ele sempre designou como inimiga. Esse discurso se encorou no YouTube (onde pipocaram alunos de Olavo) e, através de mediações, no WhatsApp que, lembremos outra vez, *é a internet* para milhões de brasileiros.

No WhatsApp faz-se de tudo mas, sobretudo, *encaminha-se*. Para uma classe social e uma geração que tiveram acesso à cultura do compartilhamento de links do mundo dos blogs, na qual o que importava era *dar o crédito e dizer de onde as coisas vinham*, e mesmo para a faixa mais ampla da população que, na virada da primeira década do século, passou a utilizar as funções “retuitar” (no Twitter) e “compartilhar” (no Facebook), o encaminhamento do WhatsApp trazia uma novidade gigantesca, que com frequência passa despercebida nas análises, exatamente por ser tão óbvia. No Facebook e no Twitter, mil retuítos de retuítos e mil compartilhamentos de compartilhamentos não apagarão a autoria original da postagem. Em outras palavras, o

repassa em segunda mão preserva a origem do repassado. No WhatsApp, quem recebeu de você um meme sabe que de você ele veio, mas a origem e a autoria originais já se perderam. A digitalização desenfreada ao alcance do dedo no celular elimina qualquer remissão à autoria, mais ou menos como Walter Benjamin imaginara que a fotografia serializada –ou seja, o cinema– tinha o potencial de destruir auras religiosas e pré-modernas da arte. Na reprodução digital infinita ao alcance do dedo do pobre em um celular com plano de dados, o encaminhamento foi a função decisiva para a eleição de Bolsonaro, muito mais que os disparos em massa, o que é mais um dado que empresta fundamento à tese de que o bolsonarismo não pode ser narrado como a história de uma fraude. Mas quem encaminhava o quê nos grupos bolsonaristas de zap, e por que foram tão decisivas essas práticas de encaminhamento?

Bairro, família, igreja e escola: outros espaços também existiram, como os grupos de trabalho ou de futebol, mas aqueles quatro eixos resumem o que poderíamos chamar de redes de sociabilidade a partir das quais surgiu o WhatsApp bolsonarista. Em uma dessas esferas (a igreja), a esquerda esteve ausente enquanto tal, embora sua cúpula nunca tenha sido récia a fazer acordos com a cúpula teocrata. Na esfera oposta, que sempre foi seu campo de jogo (a escola), a esquerda passava a ser o objeto da revolta. Enquanto o assistencialismo do governo de esquerda possibilitava a chegada de um precariado às faculdades privadas de segundo escalão, a ausência de qualquer conquista cidadã paralela à que se realizava ali no consumo e o quase imediato colapso dos sonhos de ascensão social via uniesquina irrigaram o antipetismo dos grupos escolares de zap, que foram terreno fértil para iniciativas bibliocidas como o “Escola sem Partido”. Por fim, a socialização de bairro já não era, em suas versões presenciais, grande terreno da esquerda, pelo menos desde a dissolução dos núcleos de base do PT, da *Blitzkrieg* da Igreja Católica contra as Comunidades Eclesiais de Base e da ascensão do pentecostalismo e do partido da polimilícia. Nos grupos de família, as eleições de 2014 já produziam as grandes cisões que ficariam conhecidas da esmagadora maioria dos brasileiros durante o *impeachment* e na época bolsonarista, e das quais eu ousaria dizer que só uma pequena minoria das famílias estendidas brasileiras ficou imune. Nesses grupos gestou-se a língua dos memes que foi traço retórico inconfundível do bolsonarismo.

O meme bolsonarista funciona, em primeiro lugar, suspendendo a distinção entre discurso constativo e discurso performativo. Em análises linguísticas tradicionais, estamos acostumados a diferenciar o que é a modulação constativa do discurso, que tem lugar sempre que ele afirma algo sobre o mundo (“esta mesa é amarela”), e a modulação performativa, que ocorre sempre que o discurso realiza ou tenta realizar uma ação sobre o mundo (“eu vos declaro marido e mulher” ou “Vai, Corinthians!”). A reiterada confusão entre os planos constativo (no qual é possível dizer que uma afirmação é “falsa”) e performativo (no qual é inócuo fazer a distinção entre falso e verdadeiro) levou jornalistas, agências de checagem e profissionais das ciências sociais à estupefação e à impotência. Um trabalho da Agência Lupa a partir de levantamento

feito na USP e na UFMG constatou que somente 4 das 50 imagens mais compartilhadas em 347 grupos bolsonaristas de WhatsApp eram verdadeiras. É comovente o esforço dos profissionais em catalogar as imagens entre “falsas”, “verdadeiras”, “verdadeiras mas fora de contexto”, “exageradas”, “sátiras e portanto fora do escopo de checagem”, “associadas a texto opinativo e portanto fora do escopo de checagem” ou “insustentáveis”. Voltamos à lista borgeana de singularidades impossíveis. O louvável esforço de corrigir falsificações traficadas em memes confronta-se com sua impotência, não apenas pela velocidade estonteante da circulação digital, muito maior que a capacidade de pesquisa de qualquer agência, mas também pelo visível derretimento de suas próprias categorias de jornalismo de checagem. Os rótulos nada dizem sobre como operam os memes bolsonaristas e por que eles funcionaram nas eleições. Das oito imagens mais compartilhadas no universo do levantamento, apenas uma é rigorosamente falsa, uma montagem de Dilma jovem ao lado do recém vitorioso Fidel (combinação impossível, já que Dilma tinha 11 anos de idade quando triunfou a Revolução Cubana). As outras são fotos reais, como a que mostrava o jovem Aécio almoçando com Fidel durante sua visita ao Brasil (mas apresentava-o como o “aluno socialista comunista” do líder cubano, logo que ele foi indiciado na Lava Jato) ou a que retratava Lula e FHC compartilhando uma bebida no final dos anos 1970 (mas apresentava-os como autores de uma conspiração para implantar o socialismo no Brasil). Nesse contexto, “corrigir” o meme lembrando que Aécio nunca foi um discípulo comunista de Fidel e que Lula e FHC nunca conspiraram juntos para implantar o socialismo no Brasil é absolutamente inócuo e impotente, pelo menos até que se descrevam as condições de possibilidade para que aquelas combinações particulares de texto e imagem funcionassem.

Seria uma pena que as análises do bolsonarismo se agarrassem ao nosso equivalente do americano “interferência russa!”, muleta com que boa parte do jornalismo e do establishment Democrata mascararam sua incapacidade de prever o fracasso de Hillary Clinton contra Donald Trump nos EUA. O equivalente brasileiro, claro, seria a muleta “disparos em massa e fraudes do WhatsApp!”, fenômeno efetivamente ocorrido e que continua sendo pesquisado, mas que passa bem longe de explicar a vitória bolsonarista (e que inclusive, pelas investigações já feitas na CPI das *fake news*, parece ter tido efetividade menor do que a inicialmente pensada). A partir do WhatsApp!, o bolsonarismo construiu uma *rede de sociabilidades*, um vasto universo de engajamento popular forjado em laços familiares, religiosos e de bairro. Que a consequência disso tenha sido a eleição de uma coalizão extremista catastrófica para o país não torna o fato menos verdadeiro.

Nesse contexto, na compreensão dessas redes de sociabilidade bolsonaristas, importa o apagamento da origem e da autoria dos memes próprio do WhatsApp!: as peças são repassadas porque vêm do Sr. João da padaria, da Tia Maria, do pastor. Como aquelas são pessoas que jamais lhe mentiram e nunca o enganariam, o meme tem o selo de confiabilidade do último sujeito que o repassou. O meme não apenas

se valida pelos laços de confiança entre os sujeitos, mas ele reforça esses laços, porque junto com o que se convencionou chamar *fake news*, também circulavam nesses grupos consignas de autoajuda e ânimo empreendedorista, mensagens religiosas, pequenas peças de saber popular, macetes, receitas, mandingas e muita, muita trollagem puramente cômica, do gênero palhaçada de internet, especialmente em vídeos e memes. No caso de um meme trazer informação falsa, é esperável que se perdoe, porque afinal o amigo, vizinho ou familiar “estava só repassando” – como repassou mil outras coisas úteis e positivas. Além do mais, se o selinho na boca da criança não aconteceu na parada gay de São Paulo, como dizia o meme, mas na parada gay de Nova York, o que importa? Poderia ter sido em São Paulo. Aliás, melhor que alertemos agora para que não chegue a São Paulo. Nesse ecossistema discursivo, é risível tentar entender o que acontece sem qualquer análise estritamente retórica, ou seja, que suspenda as categorias de “verdadeiro” ou “falso” e investigue a produção de sentido. Sem algum refinamento na análise discursiva, é provável que boa parte da bibliografia das ciências sociais continue dando voltas à pergunta implícita: “como é possível que esses burros acreditem nisso?”

É tarefa relativamente simples levar um público universitário de esquerda à risada cúmplice através de uma etnografia seletiva dos grupos bolsonaristas de WhatsApp! que reúna apenas as peças mais escandalosamente falsas e caricaturais, como a célebre *fake news* segundo a qual a Prefeitura de Fernando Haddad, em São Paulo, teria fornecido mamadeiras em forma de pênis nas creches. Essa espécie de etnografia que não tem um olhar antropológico, mas entomológico, de quem analisa um inseto exótico, tem grassado nos estudos de bolsonarismo. A proposta aqui é um pouco diferente: suspender o desmascaramento da falsidade das *fake news*, agarrar o discurso no momento de sua constituição, mapear suas condições de possibilidade e explicar por que aquela retórica, com aquelas particulares combinações entre textos e imagens, funcionaram para produzir aqueles efeitos particulares. A descrição desse terreno, no qual a língua do Partido dos Trolls forneceu ao bolsonarismo seus giros retóricos, foi um terreno necessário para que chegássemos à pergunta que nos importa, sobre as condições de possibilidade do bolsonarismo: por que funcionou?

O bolsonarismo e o antagonismo represado

Depois de completar essa genealogia do discurso bolsonarista, é possível apresentar algumas respostas (há várias, há sempre mais de uma) à pergunta “como foi possível que nos acontecesse *isso*?” Como se vê, o bolsonarismo emergiu na esteira de um colapso da administração de antagonismos no sistema político brasileiro. A expressão *na esteira de* é escolhida a dedo e me oferece a imagem que eu gostaria de propor. Segundo Houaiss, a acepção dois do vocábulo designa o rasto espumante que deixa a embarcação na água ao se deslocar e, por extensão metafórica, a trilha, o sinal,

o vestígio. “Ir na esteira de” é ir no encalço de, seguir de perto. “Esteira” se remete etimologicamente ao latim *aestuaria*, plural de *aestuarium*, o esteiro ou o espaço que o mar deixa descoberto na vazante, e também o charco, a lagoa formada pela inundação de um rio. O colapso da administração de antagonismos no sistema político deixou uma poça, um charco, um rescaldo que escorreu ao longo de quatro anos até que existisse bolsonarismo. Em julho de 2013, o sistema de administração de antagonismos já estava em colapso. Nada que se possa chamar de coalizão bolsonarista existiu antes de 2017, e é por isso que não se pode confundir caldo com causalidade. Dizer “Junho desemboca no bolsonarismo” implica dar um salto em *quatro* dos anos mais cheios de acontecimentos da história brasileira para ignorar que, nesse período, incontáveis agentes políticos e jurídicos tiveram muitas escolhas. O bolsonarismo surge *na esteira de* um colapso do marco de administração de antagonismos que funcionara mais ou menos estável durante três décadas, mas não como consequência necessária desse colapso.

O próprio Jair Bolsonaro tem consciência de que sua Presidência, e inclusive a existência de algo como o bolsonarismo, foram frutos da combinação acidental de uma série de acontecimentos que dificilmente teriam se produzido em outras circunstâncias. Por oposição ao lulismo, que é narrável como um desenvolvimento orgânico, uma evolução esperada e “natural” de uma iniciativa da classe trabalhadora e um movimento político que se gestou ao longo de décadas, o bolsonarismo se caracteriza por uma dimensão de aleatoriedade que tem seu emblema maior na fachada de Adélio. O sucesso parcial dessa ação, já confirmada como iniciativa solitária de alguém com distúrbios mentais, deixou Bolsonaro não apenas envolvido em uma aura de mártir, como também em condições de ausentar-se dos debates presidenciais e escapar do escrutínio que viria –e que já se iniciara no debate anterior, com potente interpelação de Marina Silva. O fato de que uma combinação de acontecimentos aleatórios conferiu à candidatura de Bolsonaro um ar de inevitabilidade que depois se confirmaria nas urnas não invalida o fato, também verdadeiro, de que o bolsonarismo sentou raízes porque expressava, ainda que de forma distorcida, uma experiência real, que dava respostas a um dilema real do sistema político. E também não invalida o fato de que, apesar das proverbiais limitações intelectuais de Bolsonaro, ele teve uma ideia. Sim, uma ideia ocorreu a Bolsonaro. Uma ideia, poderíamos dizer, relativamente original lhe ocorreu em na passagem de 2016 para 2017.

Eram bastante insólitas as imagens de março de 2016 na Avenida Paulista: um inexpressivo deputado era abraçado como mito nas manifestações pró-*impeachment*, enquanto que eram recebidos com vaias os veneráveis caciques Geraldo Alckmin e Aécio Neves, ex-presidenciais tucanos que se imaginavam proprietários vitalícios do espaço antipetista. Mas o tucanato havia vacilado ante as iniciativas populares pró-*impeachment* do ano anterior, quando uma multidão já imensa se reunia na Avenida Paulista, em 15 de março de 2015. Bolsonaro, sim, teve o instinto e o tino de apoiar a iniciativa anti-Dilma em seus albores, marchando em Copacabana com

os verde-e-amarelos já em 2015, sabendo que o polo antipetista seria determinante na política brasileira. Essa não era uma ideia particularmente original, mas ela estava consolidada para Bolsonaro em 2015: “vou mostrar a esses tucanos frouxos o que é anti-petismo de verdade”. Esse lugar privilegiado da polarização que aflorava não foi difícil de conquistar, dada a turbulência de deslegitimação do sistema político durante a era *impeachment*-Lava Jato.

Original foi a ideia que ocorreu em 2016, sim, ao Deputado tosco e limitado intelectualmente do Rio de Janeiro. Isso há que se reconhecer como uma ideia legítima sua. Bolsonaro percebeu que se encontrasse alguém para o avalizar no mercado, com o bate-bumbo antipetista ele poderia juntar as três grandes bancadas temáticas do Congresso: o Partido do Boi, que já era composto de gente que gostava dele desde os rodeios de começos da década, o Partido da Bala (o que chamamos neste artigo Partido da Polimilícia), que era reduto dele e de sua família, e que ele carregaria sem problemas, e o Partido da Bíblia (que chamamos Partido Teocrata), formado, no habitat carioca da família, por pastores, obreiros, bispos, diáconos e voluntários, que com frequência tinha relações com o Partido da Polimilícia também. No plano nacional, o Partido Teocrata era formado por líderes como Malafaia, Feliciano e Edir Macedo que, depois de florescer sob o lulismo, já haviam percebido o potencial do filão antipetista—algo que não vinha naturalmente ao Partido da Polimilícia fluminense, que se criou mantendo amplos laços com o petismo local. “Se um cara do mercado me avalizar, eu consigo juntar esse povo todo”. Convenhamos: apesar de não ser exatamente brilhante, essa era uma ideia original no turbilhão de incertezas do Brasil pós-*impeachment*.

Nesse contexto, em 2016, Bolsonaro fez sua entrevista com uma das crias de Olavo de Carvalho, o YouTuber de direita Nando Moura, para dizer que esperava “que apareça alguém melhor” que ele, mas que ele “não está vendo”. Nessa entrevista, ao falar de economia, ainda não existia Paulo Guedes, mas Bolsonaro fez dois gestos chave: destravar os negócios agroperuários e de mineração, detendo as demarcações indígenas e as regulamentações ambientais, e destravar o ambiente de negócios para o empresariado, flexibilizando a legislação trabalhista e retirando obstáculos tributários. O segundo ponto era contraintuitivo para Bolsonaro, um deputado que sempre havia votado contra pautas do liberalismo econômico e a favor de interesses corporativos de setores do funcionalismo civil e militar. Em 2016, ele sabia que precisaria de um avalista no mercado. Antes de haver Guedes, portanto, já havia Bolsonaro clamando pela chegada de um Guedes, não na imprensa ou no parlamento, ou sequer nas ruas, mas no canal do Partido dos *Trolls* na internet.

Nessa entrevista, Nando Moura introduziria uma das *fake news* favoritas do bolsonarismo, a suspeita de que as urnas eletrônicas são fraudáveis, jamais sustentada com qualquer indício. Bolsonaro faria mais uma entrevista com Nando Moura em fevereiro de 2018, agora como candidato e já no estúdio do YouTuber. Em 2016, o lançamento da candidatura acontecera na “simplicidade” da casa de Bolsonaro, com

o filho Eduardo atrás das câmeras que focalizavam o sofá com o entrevistador e o entrevistado. Segundo o YouTuber, ambas as entrevistas aconteceram por pedido do próprio candidato. O arco que elas percorrem é curioso: em 2016, quando Bolsonaro ainda se declarava “no mercado” com “esperanças de que apareça alguém melhor que eu”, as diatribes anti-nordestinas e anti-palestinas do YouTuber, bordeando a discriminação racial explícita, já eram evitadas pelo pré-candidato com constrangimento. “Metralhar a petezada” e “Israel tem que matar terroristas” permaneciam no terreno do dizível, mas não o racismo anti-árabe ou anti-nordestino explícito. O discurso aceitável para a coalizão se gestava ali, em entrevistas como essa, que chegaram a dois milhões de visualizações. A característica essencial do discurso que já se formulava ali seria jogar permanentemente com os limites do aceitável.

O conteúdo do discurso flutuaria e não há qualquer sentido em traçar “o que pensa” Bolsonaro sobre Reforma da Previdência, gestão do Estado ou políticas sociais. Não é aqui, no conteúdo, que se joga o bolsonarismo, mas no seu desenho formal, na sua estratégia retórica, na forma como ele se coloca discursivamente. Essas, sim, permaneceriam inalteradas e viriam a ser refinadas e intensificadas com os anos. Por um lado, o bolsonarismo adota com fervor o preceito da coalizão petista-identitarista de que “a vítima tem sempre razão”. A validação prévia enquanto vítima, que havia sido o pão com manteiga do processo de cooptação lulista de setores dos movimentos identitários, era agora apropriada por um fervoroso vitimismo de extrema direita. Querem vítimas? O bolsonarismo as listaria à mancheia: o policial mal remunerado que corre risco de vida contra bandido e ainda pode ser processado se matá-lo; o agricultor e proprietário rural que tem que enfrentar um emaranhado de burocracias do Estado que só servem para dar terra para índio; o jovem que ouviu doutrinação marxista e feminista na escola; o dono do comércio que quer ter uma arma para se defender e não pode; o evangélico que sofre preconceito na faculdade e no trabalho por ser pentecostal; e muitos pobres comuns com medo da violência no país dos 60.000 homicídios anuais. E quem vai dizer que a vítima não tem razão?

É fato que o bolsonarismo expandiria essa veia vitimista ao limite até englobar vítimas imaginárias, como as crianças que teriam tido que lidar com a mamadeira em forma de pênis supostamente cedida pela Prefeitura Haddad em São Paulo. Mas é irrelevante interrogar se houve ou não vítima para entender a efetividade do discurso. Começar discurtindo quem tem ou não tem estatuto real de vítima é a melhor forma de se perder na teia bolsonarista. *A assunção do lugar de vítima seria apenas um entre mil outros recursos que o bolsonarismo adaptaria do pacto lulista.* Em todos os seus principais giros retóricos, o bolsonarismo observou o funcionamento da máquina lulista, criou-se sob ela –nunca é demais lembrar que o PP de Bolsonaro era parte da coalizão petista-pemedebista no Rio de Janeiro– e quando decidiu autoexpelir-se, saiu carregando consigo o essencial das suas estratégias retóricas. O bolsonarismo descartaria uma metade do oxímoro lulista (a conciliadora, que mascara antagonismos) e preencheria a outra metade, a radical, com um conteúdo de extrema-direita. Essa

inspiração retórica é visível não apenas para quem acompanhou os líderes da direita brasileira como Bolsonaro e Feliciano, mas para quem teve alguma experiência em grupos bolsonaristas de WhatsApp!, que sempre estiveram repletos de cidadãos oriundos do pacto lulista: ex-bolsistas do ProUni, membros da nova classe C das periferias, os endividados do crédito fácil, os evangélicos incluídos mas no fundo desprezados na coalizão lulista etc. Para toda essa vasta rede de sensibilidades a que o bolsonarismo deu voz, os giros retóricos essenciais seriam colhidos no pacto lulista. A sacralização do lugar da vítima foi um exemplo, e não foi à toa que os primeiros coletivos de direita a se formarem no começo da década observaram os linchamentos virtuais conduzidos pela aliança entre lulismo e setores dos movimentos identitários, e dali retiraram os procedimentos para os futuros, temíveis linchamentos virtuais bolsonaristas.

A retórica anti-imprensa, essencial e constitutiva para o pacto lulista, seria outro exemplo de apropriação bolsonarista dos giros retóricos do lulismo, mas sobre esse componente do discurso o bolsonarismo operaria uma transformação mais elaborada que meramente preenchê-lo com um conteúdo de extrema-direita. No lulismo os ataques à imprensa são parte de um arranjo, um oxímoro que tem sua outra metade na nomeação de Hélio Costa como Ministro das Comunicações, na manutenção e aumento das verbas publicitárias na grande imprensa e na inclusão dos grandes conglomerados de comunicação no pacto de governabilidade do país. Mas, evidentemente, a retórica anti-imprensa não era “de mentirinha”, ela não operava como se o discurso não produzisse efeitos reais no mundo. Tanto na imprensa oficialista financiada pelo lulismo como em suas bases nas redes sociais e no mundo universitário, foi intenso o ataque à imprensa, a ela enquanto tal, para além de qualquer crítica pontual que se possa ter a matérias específicas. O arranjo era inusitado: até mesmo a imprensa “alternativa” dos blogs progressistas se informava pela grande imprensa, já que não produzia informação primária. Sobre esse material colhido na imprensa, a base lulista passaria então à editorialização e ao recorte da manchete, junto com a desqualificação do veículo quando a manchete não interessava. A política de comunicações era o único setor em que a crescentemente fanatizada base lulista era autorizada a criticar o governo, com um arranjo imaginário segundo o qual Lula estaria sendo “ingênuo” ao “fazer concessões” aos “inimigos”. Essa fantasia segundo a qual tudo o que faltou ao governo lulista foi uma política de comunicações mais ousada, que não tivesse permitido que “a mídia o derrubasse”, foi o conto de fadas necessário para que a imprensa oficialista lulista levasse seu quinhão na repartição das verbas. Mas ele foi também um poderoso mecanismo de união, de radicalização e coesão da base lulista, enquanto a tensão do oxímoro não explodia. Durante anos, o pão com manteiga da base lulista foi esse: desacreditar como mentirosos ou golpistas os mesmos veículos de comunicação responsáveis pela única informação à qual ela, de forma mediada ou não, tinha acesso em seu cotidiano – isso no melhor dos casos, ou seja, no caso daqueles que liam jornais.

Aqui o bolsonarismo não apenas preencheria os giros retóricos herdados do lulismo com um conteúdo de extrema-direita, mas descartaria por completo uma metade do oxímoro lulista, a metade conciliadora. Aplicando anabolizantes pesados na desqualificação da imprensa, o bolsonarismo instalou a guerra como a lógica dominante na política de comunicações. Isso não quer dizer, é claro, que o bolsonarismo declare guerra contra *toda* a imprensa, e sua aliança com Edir Macedo, entre outros, o demonstra. Mas o antagonismo ao jornalismo independente é incessante, e invariavelmente vem acompanhado da desqualificação da veracidade da notícia, com uma avalanche de distorções, invenções ou versões alternativas do noticiado. Escolado na guerra de versões da imprensa lulista, o bolsonarismo abandonou o jogo duplo com que o lulismo trazia, por exemplo, as Organizações Globo para o pacto de governabilidade do país enquanto fomentava uma aliança com a TV Record, alimentada na base lulista como possível “alternativa” à “manipulação” da Globo. Esse jogo duplo, oximorônico, seria uma das marcas registradas do lulismo e teria seu emblema mais patético quando Dilma Rousseff e Aloizio Mercadante alimentaram a formação do PSD de Gilberto Kassab, como forma de “desidratar” os aliados do PMDB, que obviamente foram os primeiros a saber que tal iniciativa estava em curso. No momento em que ruíram as possibilidades de governo de Dilma, tanto o PMDB como o PSD que ela ajudara a criar a abandonaram. Nas comunicações, quando o jogo do oxímoro desmoronou, o Grupo Globo seguiu fazendo jornalismo dentro das linhas em que vinha fazendo ao longo do século, e a TV Record mudou de parceiro, observando as guerras culturais que se travavam em torno a temas comportamentais em meados da década e trocando o pacto lulista pela coalizão bolsonarista.

Nesse momento, o bolsonarismo já havia cozinhado em um amplo laboratório do ressentimento os giros retóricos aprendidos com o lulismo no trato com a imprensa. “Foice de São Paulo”, “Globo Comunista”, “Estadão de Esquerda”, “Globo máquina de propaganda do PT”: a intensidade e a fúria com que os epítetos passaram a ser lançados, o grau de divórcio que eles mantinham com a realidade e a avalanche de versões alternativas, a maioria francamente fantasiosa, atordoaram a base lulista e os integrantes do pacto político pemedebista. Entre lulistas, era quase audível a resposta estupefata: “esperem, o combinado que impusemos a este jogo era uma distorcidinha só, essa nossa aqui”. O atordoamento da base lulista foi tal que o parentesco e a inspiração retórica da Blitzkrieg anti-imprensa do bolsonarismo lhes passaram despercebidos, como se aqueles recém chegados à guerra anti-imprensa (agora com sinal trocado) fossem um bando de alucinados, incapazes de enxergar que o problema da Globo era ser antipetista. No choque subterrâneo de versões que acontecia sob o pacto lulista, a informação recolhida pela imprensa tradicional ainda era a baliza: fosse para se celebrar, negar, atacar ou distorcer a notícia, a operação de comunicações da imprensa alternativa do lulismo partia sempre da imprensa tradicional, da notícia fornecida por ela. No bolsonarismo, a produção de versões alternativas se dissocia de qualquer ponto de partida ou modelo retirado da notícia, em qualquer sentido verdadeiro do

termo, e passa à invenção, à colagem, à adulteração de citações. O importante e necessário passou a ser manter o cabo tensionado, a denegabilidade do afirmado aberta e a guerra de antagonismos acesa.

Em todos esses casos, o bolsonarismo extraía do lulismo seus giros retóricos, preenchia-os com o conteúdo de extrema-direita e reinstalava-os no interior de um sistema discursivo baseado no puro *fomento de antagonismo em tempo integral*. Para o bolsonarismo o cabo de guerra sempre foi e continua sendo uma necessidade formal, existencial, de básica respiração cotidiana do bloco, e o antagonismo antipetista foi o mais decisivo. Aqui entra o constante reclamo petista de que a imprensa teria ilusoriamente tratado lulismo e bolsonarismo como se eles fossem extremos equidistantes do suposto centro. Tanto na representação de setores da imprensa como no reclamo petista nota-se, a meu ver, uma confusão essencial entre as noções de polo e de extremo. É inegável que o bolsonarismo surge, se nutre, se alimenta e se reproduz de uma polarização com o lulismo. É por isso que ele nasce, inclusive. Essa é a demanda que lhe dá vida, é como resposta a essa demanda que ele vem a ser. Os manifestantes que abraçaram Bolsonaro em 13/03/2016 já buscavam um antipetista não tucano e não pedemebequista a quem abraçar desde 15/03/2015. Ter dado resposta a uma demanda antipetista fez com que Bolsonaro se tornasse elegível. Ele só passou a ter voz própria no cenário político quando expressou a poderosa demanda antipetista que vinha das ruas, e que é muito anterior ao momento em que Bolsonaro passou a ser relevante. Ou seja, o antipetismo foi uma demanda que existiu no vácuo durante algum tempo.

O bolsonarismo nasceu e existe no interior dessa polarização, como expressão do antipetismo, mas isso não torna o lulismo um extremo equidistante do centro em relação ao extremo bolsonarista, posto que polo e extremo não são palavras sinônimas. Apenas o bolsonarismo toma a forma de um extremismo que coloca em ameaça permanente as instituições da democracia. A tese que este artigo propõe é que esse extremismo arrebatou um terço da população porque ele apareceu como *alternativa para expressar o antagonismo represado na sociedade brasileira*.

Mas que antagonismos eram esses que tentaram se expressar e não o conseguiram? Anota aí, meu nome é legião. Ou, em português brasileiro do século XXI, *meu nome é Junho*. As demandas de Junho, às vezes contraditórias umas com as outras, compõem a coleção do que o sistema político brasileiro irresponsavelmente não soube, não quis ou não pôde acolher: a revolta contra os serviços públicos de péssima qualidade, especialmente em transporte, educação fundamental e média, e saneamento básico; o antagonismo da população como um todo – e não apenas da “classe média”, como quis certa esquerda – contra o saqueio do patrimônio público por políticos; o veemente protesto de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, antropólogos, trabalhadores rurais, biólogos, amazônidas e inclusive o claro protesto de animais não humanos contra um modelo de crescimento que faz do bioma amazônico uma colônia energética e de suas populações um conjunto de brasileiros de

segunda classe; a sensação da cidadania como um todo, e especialmente da população negra, de que o modelo fascínora das polícias militares brasileiras é intolerável; a razoável exasperação de uma juventude laboralmente precarizada contra privilégios de setores do funcionalismo público; a também razoável frustração de setores populares católicos com o burocratismo no topo e a paralisia na base das políticas dentro da Igreja (o que engrossou ainda mais as fileiras pentecostais); o desejo de que seja possível fazer oposição liberal a um modelo de crescimento em que “gasto é vida” sem ser imediatamente associado a um campo de direita. Poderíamos continuar listando antagonismos que têm diferentes graus de urgência e legitimidade para diferentes setores sociais, mas que compartilham o fato de terem encontrado fechados os canais do sistema político para suas demandas.

O bolsonarismo não é a representação legítima de nenhum desses antagonismos. Ele é a coalizão formada pelos gritos de frustração desses antagonistas ante repetidos encontrões contra as portas fechadas do sistema político. Nem o sistema político brasileiro construiu um espaço onde se pudesse ser liberal em política e em economia de forma legítima, nem os 50% dos brasileiros que podem temer ser arbitrariamente abordados pela polícia puderam traduzir suas demandas no sistema político para além do acolchoamento e cooptação que o lulismo lhes ofereceu com o Direito Penal. O sistema político tampouco soube ouvir satisfatoriamente aos povos amazônidas, com o massacre difamatório rousseffo-santaniano sobre Marina Silva em 2014 permanecendo aqui como emblema definitivo da surdez. Em todas essas demandas, a pactuação lulista-pemedebista preferiu sublimar o antagonismo naquele jogo de oxímoros. Esse jogo, tenso por natureza, não elimina os antagonismos, mas apenas os acolchoa durante metade do tempo, para exarcerbá-los na outra metade. Almoce com Blairo Maggi e José Sarney e à noite coloque suas milícias digitais para atacar Marina Silva e Cristovam Buarque como “neoliberais vendidos ao Itaú”. Essa administração paradoxal dos antagonismos foi a fórmula de sucesso do lulismo, mas foi também sua queda.

Não é à toa, portanto, que a marca do bolsonarismo seja o fomento do antagonismo em tempo integral. Como no conto de Borges, em que o enigma traduzido pelo personagem não contém a palavra tempo porque “tempo” é a solução do enigma, o bolsonarismo fomenta a política do antagonismo, mas o seu momento de verdade é a revolta dos antagonismos políticos legítimos que encontraram as portas fechadas nos sistemas partidário, judicial, executivo e parlamentar. Tantas vezes o lulismo designou seus críticos com um “eles” que os situava fora do povo, tantas vezes centristas, liberais, ambientalistas, social-democratas, conservadores ilustrados e a centro-direita foram caracterizados com um “eles” desumanizador que os aproximava do fascismo (lembremos, chegaram a se escrever livros chamados “Michel Temer e o fascismo” no Brasil), de tanto, enfim, uma esquerda pomposa e demasiado segura de suas virtudes morais estereotipar todos os diferentes dela em um “eles” antipovo, que o “eles” acabou se rebelando. *O bolsonarismo é a rebelião do eles* – ele pratica o antagonismo

incessante porque essa é sua forma de sobrevivência: opor bandos, espalhar discórdia, igualar verdade e mentira, fomentar boatos, agir como *troll*, enfim, é necessário, porque o discurso se legitima a partir do antagonismo incessante. O giro retórico que fundamenta a máquina de produzir antagonismos é retirado do momento bolchevique do discurso lulista, aquele em que destroem Marina Silva como neoliberal depois de almoçar com Maggi e Sarney. São as mesmas teorias conspiratórias (“a Globo está manipulando”), as mesmas mitificações do chefe político (“o líder está sofrendo por nós”), as mesmas explicações exógenas e onipotentes para os fenômenos nacionais (“o imperialismo americano/ os globalistas controlam tudo”) e a mesma confiança em uma substância salvadora (“o pré-sal/ o nióbio é uma fonte de riqueza nacional em que os estrangeiros estão de olho”). Agora, no entanto, o conteúdo político é de extrema-direita e opera com anabolizantes alucinatórios que o transforma em ameaça à própria democracia, ao próprio sistema político cujo fracasso ele expressa. O ano de 2019 e os primeiros meses de 2020 deram abundantes provas de que o bolsonarismo é uma ameaça sem precedentes à democracia.

Quando, e apenas quando, lulismo e bolsonarismo são tratados como fenômenos situados em pontos equidistantes de um suposto centro e igualmente nocivos à democracia, os petistas têm razão de se queixar. É fato que não o são. Mas não há como negar a pressuposição mútua entre esses dois movimentos, assim como o fortalecimento do bolsonarismo a partir de sua ocupação do espaço antipetista. Negar isso é renunciar à capacidade de formular conexões entre os elementos da realidade em nome de simpatias partidárias; não nos esqueçamos de que os próprios líderes petistas desejaram e trabalharam para que Bolsonaro estivesse no segundo turno.

Ao expressar o antagonismo represado, o bolsonarismo também se cacifou para expressar a revolta contra o descaso petista ao povo sublevado em 2013 – mesmo que todas as demandas daquele povo tenham sido sufocadas de forma ainda mais perversa pelo bolsonarismo, com o seu desmonte dos sistemas diplomático, educacional e ambiental brasileiros, seu endurecimento penal, policial e miliciano, e seu projeto autocrático de poder construído em torno da figura de Bolsonaro. O Brasil tem uma economia em ruínas, um sistema político em frangalhos, um Chanceler que faz piadas racistas contra a China no Twitter, uma Ministra da Família e Direitos Humanos que vê Jesus em árvores, um Ministro da Educação delirantemente ignorante e ideológico, um Ministro do Meio Ambiente que participa de operações de sabotagem ao sistema de proteção ambiental do país e um trambiqueiro inexpressivo, extremista, autoritário e com sinais de psicopatia no Palácio do Planalto. Na entrada da pior pandemia dos últimos cem anos, a situação da democracia brasileira é a mais grave e frágil de sua jovem história.

Referências

- Arantes, Paulo. “Depois de junho a paz será total”. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- Barcellos, Caco. *Rota 66: A história da polícia que mata*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- Bohn, Simone R. “Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”. *Opinião Pública*, Campinas, SP, nº 10.2, 2004, pp. 288-338.
- Cesarino, Letícia. “Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, nº 62.3, 2019, pp. 530-557.
- Freston, Paul, ed. *Evangelical Christianity and democracy in Latin America*. Oxford, Oxford UP, 2008.
- . “Evangelicals and the secular State in Brazilian politics: current controversies in perspective”, Eds. Miller E., Morgan R., *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First Century*. New York, Palgrave Macmillan e Cham, 2019.
- Gaspar, Malu. “O fiador: a trajetória e as polêmicas de Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro”. *Piauí* 144, Setembro 2018.
- Goldstein, Ariel. *Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires, Marea, 2019.
- Moura, Mauricio e Juliano Corbellini. *A eleição disruptiva: Por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro, Record, 2019.
- Nagle, Angela. *Kill all normies: Online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester, U.K., e Washington, U.S.A, Zero Books, 2017.
- Ortellado, Pablo. *Facebook entry*. 19 de janeiro de 2020.